

2014

Relatório da
Administração

PPSA

Pré-Sal Petróleo S.A.

SUMÁRIO

Mensagem da Presidência

Perfil da Companhia

Atividades da PPSA

Informações Financeiras

Mensagem da Presidência

Em 1º de agosto de 2014, a PPSA completou o seu primeiro ano de existência, colocando em prática, nos doze meses de atividades no ano, o planejamento traçado nos dois últimos meses de 2013, imediatamente à constituição da Companhia.

Em janeiro de 2014 começou efetivamente o processo de implantação da Companhia, que deverá estar em fase adiantada de consolidação até o final de 2015.

Nas atividades finalísticas, a PPSA concentrou suas ações na gestão do contrato de partilha da produção de Libra, nas negociações dos acordos de individualização da produção em áreas não contratadas no polígono do pré-sal, no processo de estruturação da área de comercialização de petróleo, e nas negociações de futuros contratos dos volumes excedentes da cessão onerosa - ao amparo da decisão do Conselho Nacional de Política Energética, de 24 de junho de 2014.

Em 2014, a PPSA trabalhou intensamente, em articulação com o Ministério de Minas e Energia, na elaboração do Contrato de Remuneração, instrumento onde estarão definidas as condições mediante as quais a Companhia será remunerada pela prestação dos serviços enunciados anteriormente, e que deverá ser assinado em 2015.

A formação do corpo gerencial encontra-se praticamente concluída. No final de 2014 o quadro era ocupado por 27 profissionais de reconhecida experiência e competência técnica no setor de petróleo, como parte das 30 posições de livre provimento outorgadas à Companhia no efetivo total de 180 pessoas.

A partir de 1º de agosto, a PPSA passou a ocupar as instalações permanentes do Escritório Central, no Edifício Centro Empresarial Internacional Rio - RB1, junto à Praça Mauá, na região portuária da Cidade do Rio de Janeiro, que vem passando por amplo processo de reurbanização e modernização. No primeiro quadrimestre de 2015, o Escritório Sede de Brasília deverá estar operando plenamente.

2014 foi um ano extremamente laborioso, mas não menos profícuo, em que a PPSA iniciou uma trajetória ascendente de desempenho, implantando rotinas de funcionamento técnico e administrativo que permitiram o crescimento ordenado das atividades e suportaram de maneira compatível a missão da Companhia, em estrita consonância com a legislação aplicada às empresas públicas.

Finalmente, gostaríamos de agradecer o apoio que a Direção da PPSA recebeu dos diversos órgãos que compõem a estrutura do Governo Federal, e dos Conselhos de Administração e Fiscal que, através de atuação tempestiva e diligente, em todos os meses do ano, contribuíram para o adequado encaminhamento das atividades em 2014.

Em 2015, podemos assegurar que a PPSA, ciente e consciente da sua responsabilidade, seguirá evoluindo e renovará o seu compromisso em colocar, com entusiasmo e dedicação, o melhor da sua competência a serviço do desenvolvimento e perpetuidade do pré-sal brasileiro, investindo em pessoas e estreitando o relacionamento ético e profissional com o Acionista União Federal e demais partes relacionadas, reafirmando a importância do novo modelo de partilha da produção na promoção da cidadania e da inclusão social em nosso País.

Perfil da Companhia

Em dois de agosto de 2010, por meio da Lei nº 12.304, foi autorizada a criação da Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA. O Decreto nº 8.063, de 1º de agosto de 2013, deu forma à PPSA, aprovando o seu Estatuto Social e estabelecendo o capital social inicial de R\$ 50 milhões. Em 12 de novembro de 2013, ocorreu a Assembleia Geral de constituição da Companhia.

A PPSA tem por objeto a gestão dos contratos de partilha da produção e a gestão dos contratos de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União, segundo o modelo de partilha da produção.

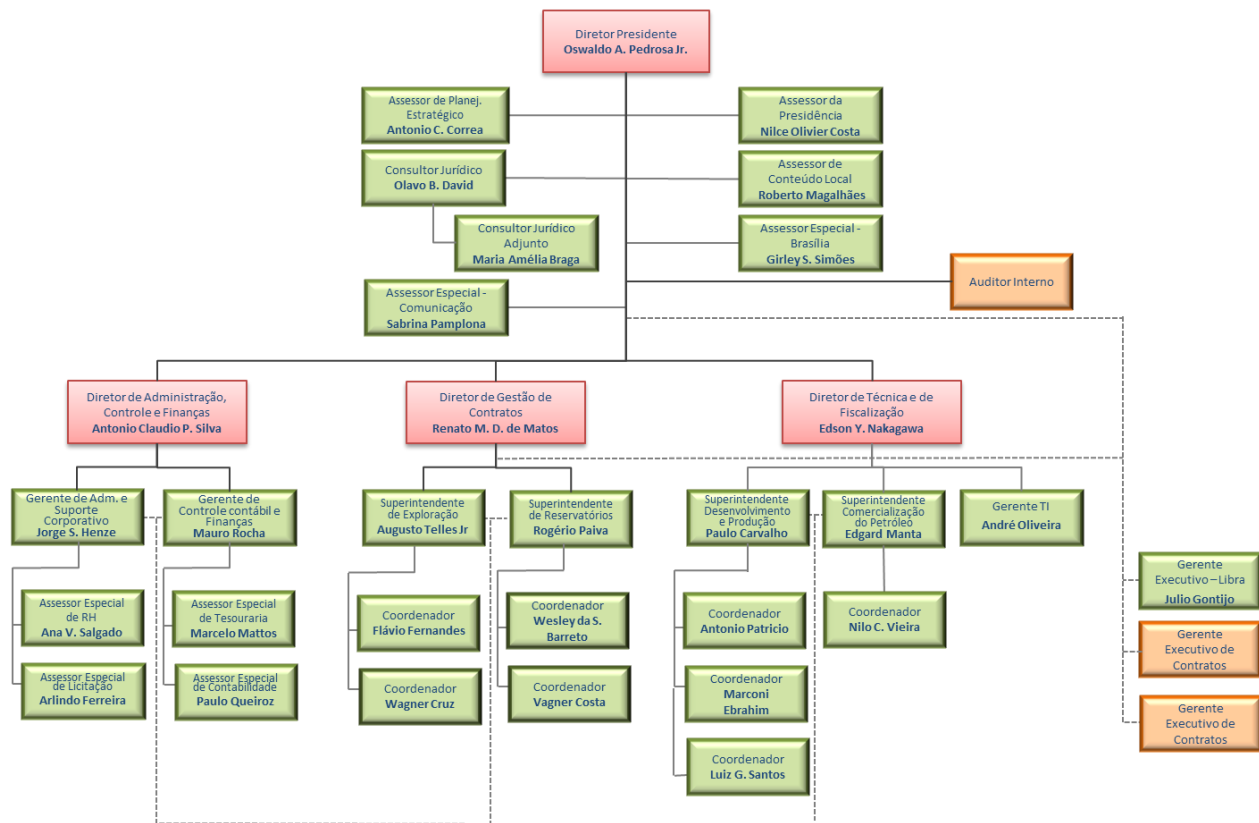
A PPSA representa a União nos procedimentos de individualização da produção e nos acordos decorrentes, nos casos em que jazidas na área do pré-sal e em áreas estratégicas se estendam por áreas não concedidas ou não contratadas sob o regime de partilha da produção.

Os recursos com os quais a PPSA conta são basicamente originados da gestão e representação mencionadas, a serem regulados por Contrato de Remuneração a ser celebrado com o Ministério de Minas e Energia – MME.

Por decisão do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, a cada leilão de área no polígono do pré-sal, a PPSA poderá ser contemplada com parte do bônus de assinatura estabelecido na licitação ou contratação direta, cujo pagamento deverá caber a quem estiver recebendo o direito de atuar na área.

De acordo com o Estatuto Social, a lotação de pessoal da PPSA é de 180 pessoas, não computados os diretores e conselheiros. São 30 cargos profissionais de livre provimento, que constituem as funções gerenciais, e 150 cargos profissionais que deverão ser preenchidos a partir da realização de processos seletivos públicos, de caráter competitivo.

A estrutura organizacional aprovada para a PPSA é enxuta por excelência e combina a clássica estrutura funcional vertical com a estrutura horizontal por projetos, buscando o melhor desempenho no cumprimento de objetivos e missão, com foco na gestão de contratos e melhor aproveitamento de recursos, e pode ser assim demonstrada:



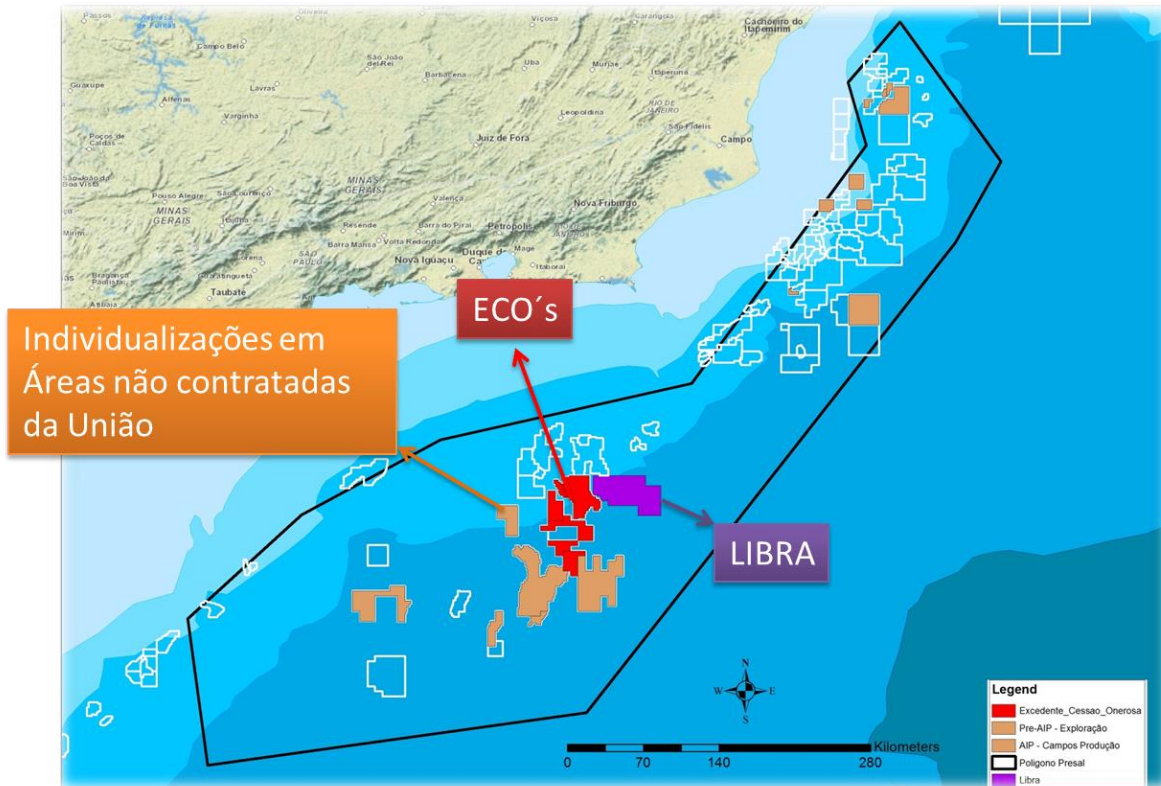
(posições em aberto na cor laranja)

Atividades da PPSA

Ao longo de 2014, ao mesmo tempo em que foram envidados esforços em sua estruturação corporativa, as ações da PPSA tiveram como focos principais a gestão do contrato de partilha da produção de Libra e as negociações de acordos de individualização da produção em áreas não contratadas do polígono do pré-sal. Adicionalmente, a PPSA

esteve envolvida nas negociações dos futuros contratos dos volumes excedentes da cessão onerosa, que se espera sejam celebrados em 2015. Destacam-se também os primeiros passos para estruturar a área de comercialização de petróleo e gás natural da União.

A figura seguinte apresenta um mapa do polígono do pré-sal com a delimitação do Prospecto de Libra (em lilás), dos blocos dos Excedentes da Cessão Onerosa (ECO's, em vermelho) e dos blocos ou campos que se estendem para áreas da União, objeto de individualização da produção (em laranja).

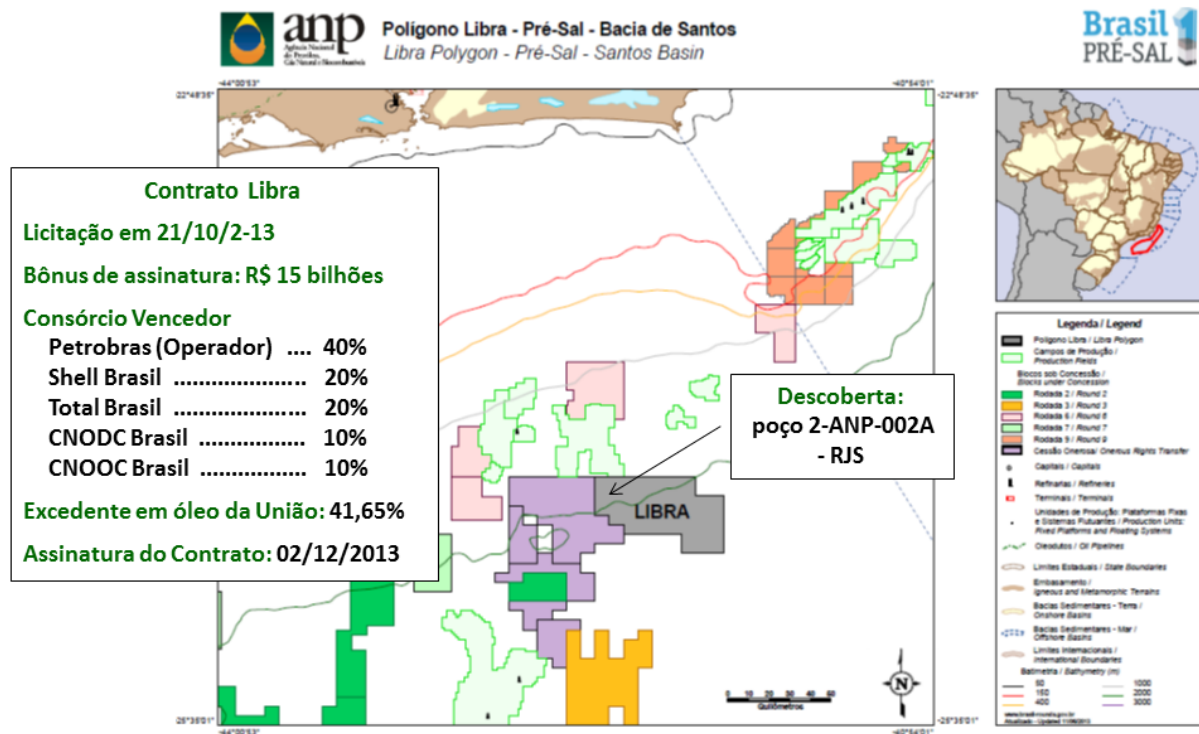


Especificamente, a PPSA tem atuado nos seguintes contratos:

- Contratos de Partilha:
 - Primeiro contrato em andamento (Libra);
 - Quatro contratos em negociação (excedentes da cessão onerosa, Búzios, Itapu, Sépia e Atapu/N-S Sururu/N-S Berbigão);
- Acordos de Individualizações da Produção:
 - 10 contratos em andamento (Gato do Mato, Carcará, Epitonium, Tartaruga Mestiça, Lula e Sul de Lula, Sapinhoá, Carapeba, Caxaréu, Pirambu e Massa),
 - 9 casos adicionais conhecidos, com início de negociação dependente de solicitação pela ANP.

Gestão do Contrato de Libra

Contrato Libra



O contrato tem a duração de 35 anos, cobrindo uma área de concessão de, aproximadamente, 1.547 quilômetros quadrados, extensão territorial superior à maior parte das capitais brasileiras.

A expectativa da ANP compreende volumes recuperáveis entre 8 e 12 bilhões de barris de petróleo equivalente.

Os percentuais de conteúdo local aplicados às fases do projeto são de 37% para a fase de exploração, e 55% e 59%, respectivamente, para as fases de desenvolvimento até e após 2021.

As atividades relativas ao Projeto Libra evoluíram com a realização de diversas reuniões com a Petrobras e seus parceiros, relativas ao cumprimento das regras do Consórcio, com destaque para:

1. Aprovação do programa de trabalho e orçamento do primeiro ano de contrato. O orçamento prevê dispêndios entre US\$ 400 e US\$ 500 milhões.
2. Aprovação, em 26 de março, do Plano Exploratório de Libra e das metas de conteúdo local associadas, para ser encaminhado tempestivamente à ANP, composto da consolidação da aquisição de dados sísmicos 3D na totalidade da área do bloco de Libra, o reprocessamento destes dados, a perfuração de dois poços firmes e mais dois poços contingentes. Complementando o Plano, está prevista a realização de seis testes de formação a poço revestido (TFR), contingentes aos resultados dos poços, além da realização de um Teste de Longa Duração (TLD). Neste caso o primeiro óleo a ser produzido em Libra deverá acontecer ao final de 2016, quando da realização do primeiro TLD de Libra, com reinjeção do gás.

A PPSA cumpre papel crucial e decisivo na discussão e definição da estratégia de exploração e exploração do Prospecto de Libra, que tem a Petrobras como operadora. A estratégia atual compreende duas fases:

- (i) Uma primeira fase de aquisição de dados e informações (2014 a 2020) envolvendo aquisição e reprocessamento sísmico, a perfuração de poços exploratórios e de avaliação, além de testes de longa duração (TLD) e sistemas de produção antecipada, complementado por um sistema piloto de produção; e
- (ii) Uma segunda fase de desenvolvimento definitivo (2021-2030), com a instalação de até onze UEPs (Unidades estacionárias de produção) do tipo FPSO (*floating, production, storage and offloading*).



Em 2014, dentre as atividades da PPSA na gestão do contrato de Libra, destacam-se os procedimentos de aprovação de propostas no Comitê Operacional e de reconhecimento do custo em óleo, a avaliação de risco de planos e programas do Projeto Libra e as diretrizes para monitoramento e auditoria do seu andamento. Assim, os principais resultados da gestão do contrato de Libra incluem:

- Todas as decisões importantes para manter a estratégia de produção antecipada, que foram tomadas a tempo, com a paulatina implementação de um sistema integrado de gestão pelos consorciados;
- Todos os compromissos da Operadora com a ANP, que foram atendidos tempestivamente;
- Planos de Trabalho e Orçamento, que foram aprovados a tempo, respeitando critérios de governança internos das empresas envolvidas;
- O Regimento Interno, que foi implantado;
- Comitês Operacional, Técnico e Financeiro, composto cada um por seus respectivos subcomitês, que já estão implantados e em atividade, com a participação da PPSA;
- Comitê Estratégico de Conteúdo Local e três subcomitês orientados para tratar respectivamente de alternativas de uso do gás natural, SMS (Segurança, Saúde e Meio Ambiente) e desenvolvimento tecnológico, todos contando com a participação da PPSA;
- Procedimento preliminar desenvolvido para o reconhecimento de custo em óleo.

3. Reconhecimento de Custos

- a. A PPSA atua diretamente nas discussões e negociações entre o operador e as empresas não operadoras. Desta forma, o reconhecimento de custos incorridos para efeito de custo em óleo não é tratado isoladamente, mas integrado ao sistema de gestão do contrato de partilha;
- b. Foram identificados os requisitos para a concepção e implantação do SGPP (Sistema de Gestão de Gastos de Partilha da Produção). O SGPP é ferramenta indispensável para cumprimento do papel de gestora na defesa dos interesses da União, e visa estabelecer mecanismos adequados ao processo de reconhecimento de custos em conformidade com os termos contratuais;
- c. Enquanto o SGPP está sendo concebido, a PPSA implementou um sistema provisório de reconhecimento de custo em óleo, efetivo e seguro, até que se construa o instrumento de gestão definitivo;
- d. A Petrobras enviou para a PPSA nove remessas de solicitações de reconhecimento de custos, sendo que a nona remessa (com 413 lançamentos) não teve sua análise concluída em 2014. Foram analisadas oito remessas com 3.044 lançamentos, dos quais foram reconhecidos 61,2%, refletindo o processo de construção e formatação de procedimentos entre a PPSA e o operador do contrato;

4. Conteúdo Local

- A PPSA realiza o monitoramento do cumprimento dos compromissos de conteúdo local (CL) baseado em informações trimestrais fornecidas pelo operador (PETROBRAS), por meio de Relatório de Investimentos Trimestrais (RIT) e da base de dados que lhe dá origem. As bases para o planejamento do conteúdo local da Fase de Exploração de Libra foram elaboradas e discutidas no âmbito do Comitê Estratégico de Conteúdo Local, bem como abordadas questões críticas para o planejamento na Etapa de Desenvolvimento da Produção relacionadas com o tratamento de Sistemas de Produção Antecipada (SPA).

Acordos de Individualização da Produção (AIPs)

A legislação sobre individualização da produção vem sendo intensamente discutida pelas partes envolvidas visando alinhar o entendimento sobre os procedimentos a serem

adotados, especialmente quando a jazida compartilhada se estende para área não contratada inserida no polígono do pré-sal.

Ao longo de 2014, alguns campos de produção e áreas em avaliação de descobertas nas Bacias de Campos e Santos, operados ou não pela Petrobras, foram identificados como objetos de individualização da produção por possuírem jazidas que se estendem para áreas não contratadas do polígono do pré-sal.

Foram realizadas reuniões conceituais com os operadores de áreas individualizáveis visando à homogeneização da compreensão teórica, além da realização de reuniões com o MME, Casa Civil, ANP e PRG visando à homogeneização da interpretação do instituto, bem como a análise da aplicabilidade da Resolução ANP nº 25/2013.

Durante o segundo semestre de 2014 o envolvimento da Empresa com individualização da produção em áreas não contratadas cresceu bastante, sendo identificados 19 casos em que a PPSA deverá atuar com o objetivo de celebrar acordos de individualização da produção no polígono do pré-sal, alguns deles em andamento e outros previstos para 2015, conforme listados na tabela a seguir.

	EM ANDAMENTO	PREVISTOS
INDIVIDUALIZAÇÕES	TARTARUGA MESTIÇA	BM-C-34 (Bloco C-M_473)
	GATO DO MATO	BM-C-32 (Bloco C-M_61) ITAIPU
	LULA E SUL DE LULA	ATAPU / N-S SURURU / N-S BERBIGÃO (IARA / ENTÔRNO DE IARA)
	SAPINHOÁ	JÚPITER BMS-24
	CARCARÁ	SUL DE SAPINHOÁ (SUL DE GUARÁ)
	EPITONIUM	BÚZIOS/FRANCO
	CARAPEBA	SÉPIA (NE TUPI) COM JÚPITER
	CAXARÉU	LIBRA
	PIRAMBU	C-M-202
	MASSA (Nautilus)	

Os estudos técnicos relativos a um processo de individualização da produção envolvem atividades multidisciplinares de análise e auditoria técnica nas disciplinas de geologia e

geofísica, perfuração, produção, escoamento da produção, comercialização, além do suporte das áreas jurídica, financeira, contábil e fiscal.

De grande importância por ter sido o primeiro acordo de individualização de produção envolvendo áreas do polígono do pré-sal, o AIP do Campo de Tartaruga Mestiça, em bloco da Bacia de Campos com 100% de participação da Petrobras, teve sua negociação concluída com o acordo assinado em 31 de outubro e, em seguida, encaminhado à aprovação da ANP.

Foi negociado e assinado o Acordo de Confidencialidade com a Shell visando ao compartilhamento de dados e informações do Contrato de Concessão BM-S-54, Prospecto de Gato do Mato. Foram também realizadas várias reuniões técnicas com essa Companhia, no seio da discussão de uma eventual assinatura de um pré-acordo de individualização.

Volumes Excedentes aos Contratos Sob Regime de Cessão Onerosa (ECO)

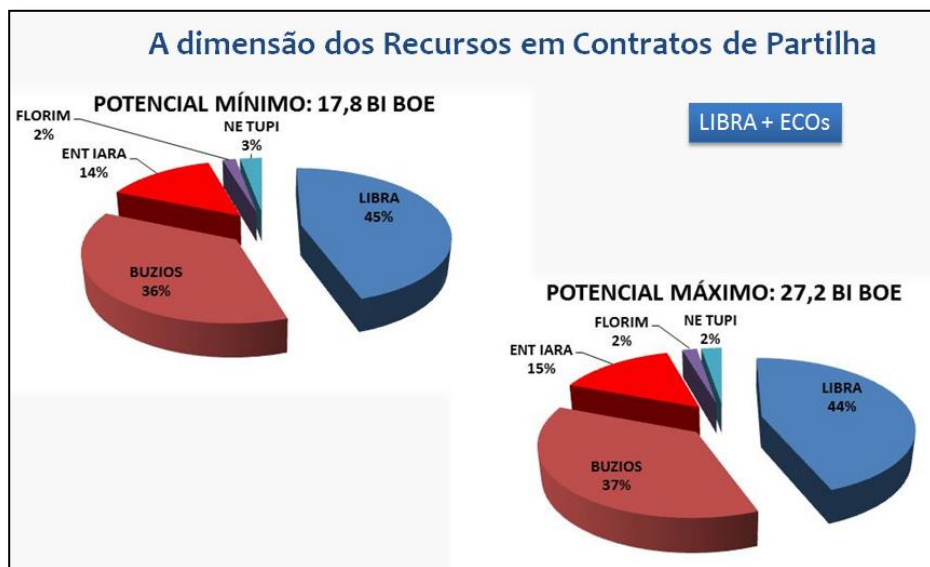
Em 24 de junho, o CNPE, fundamentado na Lei nº 12.351/10, aprovou a contratação direta da Petrobras para produzir, sob o regime de partilha da produção, os volumes de óleo que excederem os limites autorizados sob o regime de cessão onerosa. Pela cessão onerosa, a União contratou com a Petrobrás a produção de cinco bilhões de barris de óleo equivalente nos campos de Búzios (antigo Franco), Sul de Lula (antigo Sul de Tupi) e nas áreas de Florim, Entorno de Iara, Nordeste de Tupi e Sul de Guará.

O valor do bônus foi fixado em R\$ 2 bilhões, podendo a União requerer da Petrobras a antecipação de parte de seu excedente em óleo, a ser repassada em moeda corrente no valor correspondente aos volumes estimados para o quadriênio 2015/2018. A parcela a que faz jus a PPSA é de R\$ 15 milhões e a expectativa é de que ela possa ser recebida ainda em 2015.

Durante o segundo semestre a PPSA esteve envolvida nas discussões dos futuros contratos de partilha de produção para a produção dos volumes de petróleo e gás natural excedentes aos contratados sob o regime de Cessão Onerosa, cuja celebração, originalmente prevista para 2014, deverá ocorrer em 2015.

As áreas envolvem as acumulações de Búzios (originalmente **Franco**), Itapu (originalmente **Florim**), Norte / Sul de Berbigão, Norte / Sul de Sururu e Atapu (originalmente **Entorno de Iara**) e Sépia (**NE Tupi**). Estas acumulações representam

juntamente com Libra, um potencial entre 17,8 e 27,2 bilhões de barris de óleo equivalente a serem gerenciados pela PPSA sob o regime de partilha da produção em conjunto com a Petrobras e demais contratados.



Comercialização de petróleo e gás natural

Até o momento, ainda não há petróleo ou gás natural da União sendo produzido nos contratos em andamento, com o envolvimento da PPSA. O primeiro óleo de Libra deverá ocorrer ao final de 2016, advindo do primeiro teste de longa duração.

A produção, sob o regime de partilha, dos excedentes da cessão onerosa deverá se iniciar somente por volta de 2021. Por outro lado, espera-se que, em função da celebração de alguns acordos de individualização da produção, a PPSA poderá ter algum volume de petróleo e gás natural a ser comercializado ainda nos próximos anos.

Assim, em preparação ao início dessas atividades, a PPSA já está trabalhando no planejamento e definição do arcabouço técnico, jurídico e tributário para a gestão da comercialização de petróleo e gás da União, em articulação com o MME. Este trabalho também deverá subsidiar o estabelecimento de diretrizes de comercialização pelo CNPE e de regulamentação adicional para implementação das práticas de comercialização dos hidrocarbonetos da União pela Empresa.

Contrato de Remuneração

No ano de 2014 a PPSA trabalhou intensamente, em articulação com o MME, na elaboração do Contrato de Remuneração, instrumento onde serão definidas as condições

mediante as quais a empresa será remunerada pela gestão dos contratos de partilha e de comercialização de petróleo e gás natural da União, bem como pela representação da União nos acordos de individualização da produção. O Contrato de Remuneração deverá ser assinado em 2015.

Acordo de Cooperação com a ANP

Com o objetivo de viabilizar o acesso a dados e informações do polígono do pré-sal, durante o primeiro semestre foram realizadas reuniões de alinhamento com a ANP e celebrado um Acordo de Cooperação em 17 de julho.

Organização Interna

As reuniões dos Conselhos de Administração e Fiscal ocorreram regularmente durante o ano, tendo sido aprovado o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna de 2015 (PAINT-2015) na última reunião do Conselho de Administração, em 19 de dezembro, na qual se aprovou a indicação do auditor interno, cuja nomeação dependerá da aprovação da Controladoria Geral da União, segundo as suas prerrogativas legais.

A Companhia prosseguiu na implantação dos controles internos essenciais ao desenvolvimento do seu processo de governança, e atendeu plenamente às demandas que lhe foram apresentadas pelos Órgãos Governamentais.

Em outubro a PPSA teve a oportunidade de se apresentar perante o Tribunal de Contas da União, promovendo apresentação acerca das suas atividades.

Participação externa

A PPSA tem sido procurada por inúmeras instituições ligadas à indústria do petróleo, dos mais diversos segmentos, o que tem resultado em um produtivo intercâmbio técnico.

No primeiro semestre, realizou visitas técnicas a Centros de Pesquisa e Unidades de Produção em fase de construção (FPSO's), bem como teve intensa participação em palestras e mesas redondas organizadas por entidades representativas dos setores industriais e financeiros.

Em maio de 2014, destacaram-se a participação da PPSA, como conferencista principal de sessão sobre o pré-sal brasileiro na *Offshore Technology Conference – OTC 2014*, a maior feira mundial da indústria *offshore*, e como palestrante no seminário da *Bratecc Brazil-*

Texas Chamber of Commerce, ambas em Houston, Texas, EUA. Adicionalmente participou do encontro anual promovido pela *American Association of Petroleum Geologists – AAPG*, também promovida em Houston.

Acrescente-se ainda que a PPSA atuou como palestrante especial no XXVI Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos, evento realizado em maio no Rio de Janeiro.

No segundo semestre, destacou-se, em setembro, a participação da PPSA na *RIO OIL AND GAS CONFERENCE*. Além da presença maciça dos seus profissionais nos quatro dias do evento, o Presidente Oswaldo Pedrosa Junior atuou como conferencista em um dos almoços-palestras, com o tema *Os Novos Contratos do Pré-Sal e a Consolidação do Regime de Partilha*, depois de ter discursado na sessão solene de abertura. O Diretor Antonio Claudio Pereira da Silva atuou como moderador no painel que tratou do tema “Os desafios no financiamento da indústria de óleo e gás no Brasil”, com a presença de panelistas representando o BNDES, a UFRJ e a indústria, na pessoa do Presidente da ABECIP. O Consultor Jurídico Olavo David atuou como palestrante no painel que tratou do tema *Individualização da Produção*. Finalmente, o Diretor Edson Yoshihito Nakagawa, também atuou no evento paralelo ao Rio Oil & Gas Expo & Conference, coordenado pela International Energy Agency (IEA) e Gas and Oil Technology Implementing Agreement (GOT), sobre “Deepwater Technology Innovation Chain: Challenges and Responses Workshop”, fazendo apresentação sobre “The Brazilian Pre-Salt Scenario”.

Abordando o novo regime de partilha da produção do pré-sal brasileiro, desafios e oportunidades e o papel da PPSA, o Diretor Presidente Oswaldo Pedrosa proferiu, no segundo semestre de 2014, palestras como conferencista convidado nos seguintes eventos:

- *Latin Oil Week – Latin Upstream*, no Rio de Janeiro, RJ, em 2 de setembro, organizado por *Global Pacific Partners*;
- *FIDIC International Infrastructure Conference – Rio 2014*, no Rio de Janeiro, RJ, em 29 de setembro, organizada pela *International Federation of Consulting Engineers (FIDIC)*;
- *IX Semana de Petróleo – SPE/UFRJ*, no Rio de Janeiro, RJ, em 13 de outubro, organizada pelo Capítulo de Estudantes da SPE/UFRJ;
- *Reunião do Comitê de Petróleo e Gás da FIEMG*, em Belo Horizonte, MG, em 29 de novembro, organizada pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG).

O Diretor Edson Yoshihito Nakagawa e o Superintendente de Desenvolvimento de Produção Paulo Moreira de Carvalho, no período de 25 de outubro a cinco de novembro de 2014, participaram do *Annual Technical Conference and Exhibition da Society of Petroleum Engineers (SPE)* na Holanda onde houve oportunidade para (1) divulgação da PPSA, (2) visitas à Shell e à Total, parceiras no consórcio de Libra, (3) visita à PETORO, empresa estatal norueguesa que representa os interesses da Noruega nas participações governamentais na exploração e exploração dos hidrocarbonetos naquele país, (4) visitas a empresas de fabricantes de equipamentos, prestadoras de serviço e de desenvolvimento de tecnologia para a indústria marítima de petróleo. O Diretor Renato Darros participou como representante da PPSA no congresso internacional da *Society of Exploration Geophysicists (SEG)*, em Denver, Colorado, EUA, no período de 25 a 31 de outubro de 2014, onde foram abordados os mais recentes desenvolvimentos tecnológicos em geofísica aplicada à exploração e caracterização de reservatórios.

O Consultor Jurídico Olavo David participou como representante da PPSA do *Latin American Contract Risk Management Summit for Oil and Gas*, em Houston, Texas, EUA, no período de 29 de novembro a seis de dezembro de 2014, onde proferiu a palestra intitulada “*Brazilian Pre-Salt and the Role of Pre-Sal Petroleo S.A.*”.

Implantação da Companhia

No primeiro semestre foram acelerados os trabalhos de implantação administrativo-financeira da PPSA. Em fevereiro, a Companhia passou a ocupar a primeira instalação do Escritório Central no Rio de Janeiro, no Edifício Visconde Inhaúma Corporate, no Centro da Cidade, em imóvel sublocado por empresa especializada no ramo de locação de espaço empresarial mobiliado. Isso conferiu rapidez à instalação, cuja permanência foi de 180 dias.

No decurso desse prazo, a Companhia alugou o 4º andar no Edifício Centro Empresarial Internacional do Rio de Janeiro – RB1, no Centro da cidade, outrora ocupado por unidade da Petrobrás, e promoveu as obras mínimas necessárias à ocupação de espaço suficiente para alojar o contingente inicial da Companhia.

Em 1º de agosto, o Escritório Central da PPSA passou a ocupar suas instalações permanentes, no 4º andar do Edifício RB1, na região portuária da Cidade do Rio de Janeiro, que vem passando por amplo processo de reurbanização e modernização.

O Escritório Sede de Brasília está em vias de ter a sua locação confirmada em imóvel comercial na área central da cidade, estando prevista sua ocupação no primeiro quadrimestre de 2015.

Seguindo estritamente a legislação aplicada às empresas públicas, aconteceram certames para contratação dos serviços básicos e de ordem legal, abrangendo a regularização de ambos os domicílios fiscais, serviços postais, publicidade legal, contabilidade e assessoramento tributário, apoio de informática, telecomunicações, folha de pagamento e registros de pessoal, serviços gerais, entre inúmeros outros.

Foram abertos 67 processos de contratação sob as diversas modalidades, dos quais 63 processos foram concluídos no próprio ano.

Foram implantadas rotinas de funcionamento administrativo e instruções normativas, que permitiram o crescimento das atividades de forma ordenada.

Informações Financeiras

As contas de 2013 foram aprovadas tempestivamente pelo Acionista, nas Assembleias Gerais realizadas em 30 de maio, e o relatório da administração e as demonstrações contábeis de encerramento do exercício social de 2014 deverão ser levados à Assembleia Geral Ordinária marcada para o dia 23 de abril de 2015.

Em termos orçamentários o Programa de Dispêndios Globais – PDG de 2014 foi aprovado conforme Decreto nº 8.238, de 21 de maio. O PDG 2014 contemplou gastos no montante de R\$ 42 milhões.

No segundo semestre não se confirmou o recebimento de receita operacional, que se faria por intermédio do repasse pela União dos R\$ 50 milhões relativos ao bônus do Prospecto de Libra, cujo ingresso em cinco parcelas mensais de R\$ 10 milhões fora previsto no PDG 2014.

A realização orçamentária do ano foi de R\$20 milhões, correspondendo a 48% do orçamento aprovado, em virtude da necessidade de a Companhia otimizar os recursos existentes, diante da perspectiva do não recebimento no semestre do bônus de Libra, o que acabou se confirmando.

A Medida Provisória nº 666, de 30 de dezembro, aprovou recursos orçamentários da União relativos ao bônus do leilão de Libra, o que permitirá o seu pagamento, em favor da PPSA, durante o exercício de 2015.

Em função do não registro de receitas operacionais, a Companhia apurou um prejuízo de R\$19,8 milhões no exercício de 2014, que juntamente com o prejuízo apurado em 2013, totalizou um prejuízo acumulado de R\$20,3 milhões.

Dos R\$ 50 milhões previstos para subscrição e integralização de capital pelo Acionista, em agosto foram recebidos R\$ 2 milhões que vieram se juntar aos R\$15 milhões que deram curso à constituição da Companhia, em novembro de 2013. Até dezembro de 2014 o capital social subscrito e integralizado era de R\$17 milhões, restando R\$33 milhões a integralizar, dos quais R\$18 milhões estão orçados para 2015, no orçamento fiscal e da seguridade do Governo Federal.

A PPSA opera exclusivamente com o Banco do Brasil e aplica os saldos no fundo BB Extramercado FAE de Investimento de Renda Fixa, lastreado em títulos do Tesouro Nacional, cuja rentabilidade média, no ano de 2014, foi de 0,83% ou 99% do CDI (custo do dinheiro no mercado interbancário).

Com a obtenção dos recursos financeiros esperados, os gastos com a implantação da Companhia deverão estar fechados ao longo do ano de 2015, quando os dispêndios, com destaque para aqueles vinculados à atividade fim, amplamente majoritários, poderão alcançar a cifra de R\$23 milhões, a par dos gastos correntes do exercício de 2015.

A Companhia planeja realizar em 2015 gastos da ordem de R\$96 milhões, entre dispêndios correntes e de capital, constantes do seu Programa de Dispêndios Globais – PDG 2015, aprovado pelo Decreto nº 8.883, de 29 dezembro.

